



VI CPD-AGRO 2026
13 A 15 DE MAIO, UnB

GT 03: AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS
FORMA DE APRESENTAÇÃO: Oral-Pôster

Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia: a influência da Frente Parlamentar da Agropecuária

Tiago Guedes Dias Lima¹; Susan E.M. Cesar de Oliveira²;

¹Acadêmico do curso de Gestão do Agronegócio, FUP UnB, 8º semestre. e-mail: Tiagogdlima@gmail.com;

²Professora e pesquisadora, FUP/UnB, 8º semestre. e-mail: susan@unb.br;

Resumo: O presente trabalho desenvolve uma pesquisa exploratória e qualitativa sobre o posicionamento e influência de parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) em relação ao Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia, principalmente em relação ao Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável. Ancorado na análise teórica sobre tipos de integração regional e sustentabilidade em acordos de comércio, o trabalho apresenta o histórico das negociações do Acordo, em paralelo à própria evolução institucional do Mercosul e da União Europeia. Por meio da triangulação de diferentes fontes, como documentos governamentais, artigos acadêmicos e jornalísticos, assim como análise do discurso em atividades parlamentares e postagens nas redes sociais, a pesquisa busca identificar o posicionamento da FPA em relação ao Acordo. Observou-se que a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária mostra-se por vezes reativa e em alguns momentos também propositiva, demandando esclarecimentos de órgãos governamentais, organizando audiências públicas, seminários, participando em missões governamentais e exercendo influência junto à opinião pública e negociadores. Por conta de sua natureza heterogênea, abarcando parlamentares de diferentes legendas, a atuação da Frente Parlamentar por vezes pode parecer contraditória ao longo do tempo, mas demonstrando linearidade na defesa dos interesses setoriais que representa.

Abstract: The present work conducts an exploratory and qualitative investigation into the positioning and influence of members of the Parliamentary Front for Agriculture (FPA) regarding the Partnership Agreement between Mercosur and the European Union, particularly with respect to the Trade and Sustainable Development Chapter. Grounded in theoretical analysis of types of regional integration and sustainability in trade agreements, the study presents the history of the Agreement's negotiations in parallel with the institutional evolution of both Mercosur and the European Union. Through the triangulation of different sources—such as government documents, academic and journalistic articles, as well as discourse analysis of parliamentary activities and social media posts—the research seeks to identify the FPA's stance toward the Agreement. It was observed that the Parliamentary Front for Agriculture's actions are at times reactive and, in some moments, also proactive, requesting clarifications from government bodies, organizing public hearings and seminars, participating in governmental missions, and exerting influence on public opinion and negotiators. Due to its heterogeneous nature, encompassing parliamentarians from different parties, the Parliamentary Front's behavior may at times appear contradictory over time, yet it shows consistency in defending the sectoral interests it represents.



Palavras-chave: Acordo. Mercosul. União Europeia. Parlamentares. Senadores. Deputados. Protecionismo. Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente.

Introdução

Em 6 de dezembro de 2024, os líderes do Mercosul e da União Europeia anunciaram a conclusão das negociações do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia. Um fruto do esforço de mais de duas décadas de tratativas, o resultado pelas duas regiões é transformador tanto da perspectiva econômica quanto política, além de reforçar o bloco sul-americano como um importante agente internacional. O Acordo, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, integrará dois dos maiores blocos econômicos do mundo. Em números, o Mercosul e a União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e o PIB (Produto Interno Bruto) é de aproximadamente de US\$ 22 trilhões de dólares.

Com isso, o presente trabalho está ancorado nas seguintes questões: Como parlamentares brasileiros, principalmente aqueles ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) influenciaram o processo decisório de negociação do “Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia”? Como a FPA tem se posicionado sobre tal acordo? Pois, como se trata de um acordo entre dois importantes blocos econômicos, a influência e opinião do setor político brasileiro deve ser mensurada e analisada para observar a amplitude de suas atitudes. Como o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia foi recentemente concluído no ano de 2024 e terá importantes impactos econômicos para ambos os blocos, um ponto que será analisado neste trabalho é o capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável do Acordo. Além disso, será discutida também a visão dos parlamentares brasileiros sobre a nova legislação da União Europeia sobre produtos livres de desmatamento, que se conecta ao Acordo.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. Para o desenvolvimento deste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, onde uma série de artigos relacionados ao tema foram utilizados. Os artigos foram pesquisados utilizando o agregador de textos acadêmicos do Google Scholar, assim como o CAPES, repositório de teses e dissertações da UnB e de outras universidades federais. Também foram utilizados livros e publicações periódicas. Ademais, declarações à imprensa e em redes sociais foram coletadas e foram consideradas como dados primários para esse trabalho. A pesquisa se deu pela busca de publicações dos parlamentares em suas redes sociais, comentários que esses mesmos políticos fizeram para a imprensa e publicações feitas no site oficial da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Além disso, foi utilizada a pesquisa documental, com a análise de documentos do congresso nacional brasileiro como fonte primária (Voccaro Tako; Yuriko Kameo, 2023). Neste contexto, foi usado o sítio eletrônico do Senado Federal e da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, assim como a Frente Parlamentar da Agricultura, para a análise da posição dos parlamentares ligados à FPA sobre o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia.



Resultados e Discussões

Os resultados do trabalho se deram na posição da FPA perante o acordo. Após desenvolvida a linha do tempo estabelecida, do acordo e dos dois blocos econômicos. Em suma, a Frente Parlamentar da Agropecuária mantém um posicionamento de apoio ao acordo, vendo-o como uma oportunidade de negócio e comércio, assim como uma ampliação do acesso brasileiro ao mercado europeu, uma região considerada desenvolvida e com renda o suficiente para comprar os produtos brasileiros com um preço considerável (Frente Parlamentar da Agropecuária, 2024). Porém, esses deputados e senadores, como os comentários de Pedro Lupion e da Frente Parlamentar da Agropecuária, citam a questão do protecionismo europeu, como ainda é necessário ratificar o acordo com os parlamentos regionais e que países como a Itália, a França e a Polônia são considerados os mais protecionistas da UE (Lupion, 2024). Destaca-se também a preocupação com a Legislação sobre produtos livres de desmatamento da União Europeia, que foi um ponto de requerimentos dentro do Senado e da Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados, 2024) e de notícias sobre a lei (Souza, 2024). Eles destacam como tal lei pode ser vista como um protecionismo comercial sob uma capa de proteção ambiental. Normalmente esse é o ponto de vista da FPA sobre as exigências da UE sobre questões ambientais, eles sempre destacam a própria hipocrisia dos Europeus, que não protegem seus biomas, para exigir que o Mercosul o faça. Sempre levantam esse ponto de dúvida, se tais medidas ambientais são nada mais que medidas protecionistas (Souza, 2024).

A FPA dentro do congresso nacional normalmente atua seguindo uma estratégia de requerimentos de convocação de autoridades para obter uma opinião com o público sobre o acordo. Observa-se também a opinião e discurso dos parlamentares sobre o acordo, quer seja nas redes sociais, nos discursos em plenários e comissões, ou mesmo nas declarações à imprensa. Por fim, a FPA também se utiliza de seus produtores e associações ligadas ao agronegócio brasileiro que os representam, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, para fazer a representação do setor com os parlamentares de outros países (Assessoria de Comunicação Farsul, 2025). Normalmente essa é a tendência mais comum para promoverem seus interesses fora da FPA, com comitivas e reuniões que seguem os deputados e senadores para reuniões no estrangeiro. Como foi destacado anteriormente, estes grupos atuam para melhorar a imagem e reduzir a tendência protecionista dos países europeus perante o Brasil (Albuquerque Ribeiro, 2016).

Considerações Finais

Este trabalho analisou a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária em relação ao Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia. Primeiramente devemos notar que sua atuação e alcance são limitados junto ao poder executivo, sendo que possui dificuldade de abertura e influência no Ministério de Relações Exteriores, mas consegue se posicionar bem em missões diplomáticas que não possuem um apoio “direto” do Itamaraty. Normalmente, esse grupo de representação econômica envia parlamentares ou membros de organizações filiadas a parlamentos estrangeiros para influenciar na imagem



ou na posição de países estrangeiros em relação ao setor agropecuário brasileiro (Albuquerque Ribeiro, 2016).

Observa-se que a FPA atuou de forma direta e indireta durante as negociações do Acordo Mercosul-UE, principalmente sendo reativa e preocupada com as pressões ambientais e protecionistas de mercado dos países da União Europeia (Lupion, 2024). Eles são reativos e usam de sua influência parlamentar para propor normas e leis recíprocas perante a tais medidas protecionistas. Porém, também são proativos, levando os interesses do Agro Brasileiro ao ator externo (Frente Parlamentar da Agropecuária, 2024). Porém, a FPA se mostra contrária a tais medidas protecionistas ambientais mesmo que o discurso europeu faça sentido no âmbito ambiental, a tais medidas protecionistas ambientais, considerando-os uma violação de soberania por um ator externo. Destacam que os Europeus danificaram e eliminaram seus recursos naturais e exigem que países em desenvolvimento protejam os seus biomas sem realizar um ato de compensação. Porém, os parlamentares também reconhecem que tal acordo é uma oportunidade para o Brasil, devido à ampliação do acesso ao mercado europeu, sendo relevante para o desenvolvimento da economia interna (Lupion, 2024).

Referências

- Almeida, R. de. Integração regional: Uma introdução. Saraiva Uni. 1º Edição. Brasília. 2013.
- Barros-Platiau, A. Flávia; Varella, M. Dias; Schleicher, R. T. Meio Ambiente e Relações Internacionais: Perspectivas Teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. Rev. Bras. Polít. Int. 47 (2): 100-130 [2004].
- Besen, M. Renan; Ribeiro, R. Henrique; Monteiro, A. N. T. Rigo; Iwasaki, G. Seiki; Piva, J. Thiago. Práticas conservacionistas do solo e emissão de gases do efeito estufa no Brasil. Scientia Agropecuaria 9(3): 429 – 439 (2018).
- Cabral Santos, V. F. Alves. Desenvolvimento sustentável e transição energética no Mercosul: Uma análise à luz do Acordo de Paris. Monografia. Departamento de Relações Internacionais. Centro de ciências sociais aplicadas. Universidade Federal do Sergipe. São Cristóvão. 2025.
- Carvalho, F. A. Torres de; Leite, A. C. Cunha. Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL – União Europeia: entraves à aprovação e perspectivas futuras. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 4, Nº2, Jul-Dez 2013.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O Sistema CNA. Brasil, 2025. Disponível em: < <https://www.cnabrazil.org.br/cna/institucional-cna> > Acesso em: 20 de novembro de 2025.
- Estadão. Lupion: acordo Mercosul-UE reconhece agro brasileiro; desafio é ratificá-lo. Infomoney. 07 de dezembro de 2024. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/politica/lupion-acordo-mercosul-ue-reconhece-agro-brasileiro-desafio-e-ratifica-lo/> > Acesso em: 20 de novembro de 2025.
- Susan E.M. Cesar de Oliveira, Jaqueline C. Visentin, Bruna F. Pavani, Paulo D. Branco, Marcello de Maria, Rafael Loyola, The European Union-Mercosur Free Trade Agreement as a tool for environmentally sustainable land use governance, Environmental Science & Policy, Volume 161, 2024, 103875, ISSN 1462-9011.



VI CPD-AGRO 2026
13 A 15 DE MAIO, UnB

Ribeiro, R. Albuquerque. Congresso e Agronegócio na Política Externa Brasileira: Dois pesos, duas medidas? 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte. 2016.

Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul. CNA e Parlamento Europeu debatem relações entre Brasil-UE. 29 de janeiro de 2025. Disponível em:

<<https://www.farsul.org.br/cna/cna-e-parlamento-europeu-debatem-relacoes-entre-brasil-ue,450301.jhtml>> Acesso em: 20 de novembro de 2025.